

A PRODUÇÃO DA FÁBULA
DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL:
novas e velhas faces da dependência

CONSELHO EDITORIAL

SÉRIE LETRA CAPITAL ACADÊMICA

Ana Elizabeth Lole dos Santos (PUC-Rio)
Beatriz Anselmo Olinto (Unicentro-PR)
Carlos Roberto dos Anjos Candeiro (UFTM)
Claudio Cezar Henriques (UERJ)
Ezilda Maciel da Silva (UNIFESSPA)
João Luiz Pereira Domingues (UFF)
João Medeiros Filho (UCL)
Leonardo Agostini Fernandes (PUC-Rio)
Leonardo Santana da Silva (UFRJ)
Lina Boff (PUC-Rio)
Luciana Marino do Nascimento (UFRJ)
Maria Luiza Bustamante Pereira de Sá (UERJ)
Michela Rosa di Candia (UFRJ)
Olavo Luppi Silva (UFABC)
Orlando Alves dos Santos Junior (UFRJ)
Pierre Alves Costa (Unicentro-PR)
Rafael Soares Gonçalves (PUC-RIO)
Robert Segal (UFRJ)
Roberto Acízelo Quelhas de Souza (UERJ)
Sandro Ornellas (UFBA)
Sergio Azevedo (UENF)
Sérgio Tadeu Gonçalves Muniz (UTFPR)
Waldecir Gonzaga (PUC-Rio)

Denise Elias

A PRODUÇÃO DA FÁBULA
DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL:
novas e velhas faces da dependência

LETRAPITAL

Copyright © Denise Elias, 2025

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/02/1998.

Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados, sem a autorização prévia e expressa do autor.

EDITOR João Baptista Pinto

CAPA Tiago Soares

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO Luiz Guimarães

REVISÃO Cristiane Patricia Zaniratto Vale

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

E41p

Elias, Denise

A produção da fábula do agronegócio no Brasil : novas e velhas faces da dependência / Denise Elias. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Letra Capital, 2025.

176 p. ; 15,5x23 cm.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5252-176-7

1. Agronegócio - Brasil. 2. Geografia humana - Brasil. 3. Urbanização - Brasil.
I. Título.

25-98982.0

CDD: 307.116

CDU: 711.4(81)

Gabriela Faray Ferreira Lopes - Bibliotecária - CRB-7/6643

LETRA CAPITAL EDITORA
Tels.: (21) 3553-2236/2215-3781
www.letrecapital.com.br

Sumário

Prefácio - O “fabuloso” Brasil do agro: território-negócio para poucos	7
<i>Rogério Haesbaert</i>	
Introdução	15
Organização do livro.....	19
PARTE I.....	23
1. Pressupostos, agentes e processos socioespaciais	25
1.1. Agronegócio: pressupostos e agentes hegemônicos.....	25
1.2. Processos socioespaciais inerentes à difusão do agronegócio.....	31
2. A psicosfera do agronegócio	37
2.1. A produção do agronegócio como fábula	37
2.2. Alguns dos mais difundidos mitos do agronegócio	41
O mito de que o agronegócio acabaria com a fome no Brasil	42
O mito de que o agronegócio é ambientalmente sustentável	44
O mito de que os agrotóxicos não fazem mal à saúde das pessoas e ao meio ambiente	45
3. Formas-conteúdo do agronegócio	48
Questão fundiária como problema estrutural	48
A violência como princípio de apropriação dos bens naturais.....	50
A brutalidade das mudanças alimentares e dos preços dos alimentos	53
4. Nós do agronegócio	55
Nó da relação orgânica entre o Estado e os agentes do agronegócio.....	56
O nó da corrupção normativa	63
O nó da concentração econômica.....	66
O nó da criminalização dos movimentos sociais	68

PARTE II	71
5. Economia política da urbanização e das cidades do agronegócio.....	73
5.1. Urbanização corporativa fragmentada	78
5.1.1. Agronegócio e seletividade espacial: regiões produtivas do agronegócio	79
5.1.2 Cidades do agronegócio: o mito do direito à cidade....	83
5.2. Desintegração competitiva do Semiárido: o agronegócio de frutas.....	92
Os agentes hegemônicos do agronegócio de frutas	99
Impactos socioambientais	105
5.3. Tramas da urbanização do Matopiba	109
6. Pensando a operacionalização de pesquisas sobre regiões e cidades do agronegócio	118
Eixos da pesquisa.....	119
a) Reestruturação produtiva da agropecuária	120
b) Consumo produtivo do agronegócio	123
c) Composição do setor industrial	125
d) Dinâmica populacional	127
e) Dinâmica do mercado de trabalho	128
f) (Re)estruturação da cidade	130
g) Desigualdades socioespaciais na escala interurbana	132
7. Consumo produtivo nas cidades do agronegócio	137
7.1. Revisitando o conceito de consumo produtivo	137
7.2. Economia urbana e consumo produtivo do agronegócio...140	
a) Comercialização de sementes, fertilizantes, defensivos e máquinas.....	141
b) Tradings agrícolas	143
c) Feiras agropecuárias.....	144
d) Sistema financeiro	146
e) Ensino técnico, tecnológico e superior	147
f) Pesquisa agropecuária.....	148
Considerações finais	151
Bibliografia.....	155

Prefácio

O “fabuloso” Brasil do agro: território-negócio para poucos

Rogério Haesbaert¹

O Brasil, com seu gigantismo de 8,5 milhões de quilômetros quadrados, sem obstáculos físicos que impeçam o uso agrícola na maior parte do seu território, transformou-se em um dos espaços mais importantes para suprir a demanda global por *commodities* ligadas aos setores alimentar e energético. Mas a que custo? Em nome de assegurar alimento ou energia (de que tipo, para quem e com que qualidade?) impõe-se a monocultura, no sentido mais amplo de “mono-cultura”, promovendo um “modelo de desenvolvimento” – claramente uma política de Estado e enaltecido pela grande mídia – que concentra a propriedade da terra, devasta a biodiversidade, destrói solos e difunde formas muito próprias e violentas de desigualdade socioespacial.

Denise Elias, uma importante pesquisadora no campo do agronegócio, enfrenta, aqui, com rigor, o dilema de investigar essa questão envolvendo o agronegócio em suas múltiplas dimensões. A relevância deste livro e de sua problemática básica está relacionada, em primeiro lugar, à própria extensão geográfica do fenômeno: enquanto, fisicamente, incorpora cerca de um terço da superfície deste país continental, sua imagem se projeta de tal forma que o Brasil é hoje conhecido no mundo inteiro como um – se não o – “país do agro”, o maior produtor e/ou exportador de artigos como soja, cana-de-açúcar, café, laranja, carne bovina e de frango. Os dados oficiais, ainda que muito questionáveis, são eloquentes: um quarto do PIB e quase metade das exportações se devem ao agronegócio.

¹ Geógrafo, professor titular no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro.

A autora, assim, teve um imenso universo a explorar, considerando que o chamado agronegócio inclui não apenas a produção agropecuária, mas também a agroindústria, o grande segmento de insumos e os chamados agrosserviços, com destaque para os intrincados setores financeiro e imobiliário. Como investigadora, sua opção por privilegiar a espacialidade do processo revela uma faceta nem sempre considerada em sua devida importância: como esses múltiplos processos se materializam espacialmente e que lógicas essa geograficidade impõe à sua reprodução e transformação.

Por isso, o empenho de Denise Elias consistiu em tratar, com seu acurado olhar de geógrafa, o “ainda pouco trabalhado papel que o agronegócio desempenha na expansão da urbanização e da (re)estruturação urbano-regional no país”. Desse modo, esta obra também revela o quanto o espaço importa e o quanto ele se manifesta em termos de táticas e estratégias geoeconômicas e geopolíticas, não apenas aquelas construídas e/ou impostas pelos grupos hegemônicos, mas também as das classes subalternizadas, em suas lutas de resistência frente a essa avalanche de mudanças.

Este trabalho representa a culminância de uma vasta e densa trajetória de pesquisa que, simplificando, começa com a tese de doutorado de Denise, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (USP), em 1996, sob orientação do geógrafo Milton Santos. A tese, depois transformada em livro (Elias, 2003 – com reedição em 2018), versou sobre o “Meio Técnico-científico-informacional e Urbanização na Região de Ribeirão Preto”.

Gradativamente, para além do espaço estritamente agrário, a autora foi ampliando seu universo de pesquisa através de articulações, como aquelas com a Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe), a Rede de Pesquisas sobre Regiões Agrícolas (Reagri) e a Rede Observatório das Metrôpoles (OM). Atenta ao vínculo indissociável entre o “rural” (conceito cada vez mais controverso) e a esfera do urbano-industrial, seu trabalho se estende, hoje, para o âmbito das metrôpoles, como fica

evidente na recente publicação de “Estudos sobre Agronegócio e Urbanização”, com foco na região metropolitana de Fortaleza. De modo amplo, podemos questionar se haveria algum canto do Brasil, hoje, que não seria afetado, direta ou indiretamente, pelo imenso “campo” do agronegócio.

Já no conceito central de sua tese de doutorado, Denise revela a profunda influência da Geografia de Milton Santos nas bases teórico-conceituais de suas investigações. A autora trabalhou durante vários anos no grupo de pesquisa de Milton e colaborou com algumas de suas obras muito conhecidas, como “Metamorfoses do espaço habitado”. No livro aqui apresentado, ela manifesta explicitamente esse vínculo, tendo no grande geógrafo seu “mestre e fonte de inspiração”. Assim, todo um arsenal de noções e conceitos é devidamente acionado, como forma-conteúdo, formação socioespacial, psicofera, urbanização corporativa fragmentada, fluidez do território, verticalidades/horizontalidades, região produtiva e rugosidades. Em suas próprias palavras: “As pesquisas que realizei tiveram no arcabouço teórico-conceitual e metodológico propostos por Milton Santos um pilar central”, garantindo a coerência metodológica nessa linha de investigação.

Os vastos espaços do agronegócio constroem – para utilizar uma expressão conhecida da autora – regiões produtivas do agronegócio, onde todo um conjunto complexo de relações se desenha, capitaneado pelas cidades do agro. Muitas dessas cidades emergem com uma velocidade impressionante, como é o caso de Luiz Eduardo Magalhães, no oeste baiano, cujo crescimento foi possível analisar pessoalmente por ocasião de minha tese de doutorado, ainda nos anos 1990.

Apenas para enfatizar esse exemplo abordado pela autora, conhecemos a região em uma viagem ainda durante a graduação, em 1978, e ali, em meio à planura dos Cerrados, existia apenas um posto de gasolina. Ao retornarmos para nossa pesquisa, mais de uma década depois, já se via um vilarejo com ruas largas e esparsas moradias, Mimoso do Oeste, com cerca de 10 mil habitantes, cercado de imensas lavouras de soja. Em uma

espécie de barganha simbólica com o governo baiano, que resistia em aprovar a emancipação de uma área de migrantes sulistas, o município, criado apenas no ano 2000, passou a se chamar Luiz Eduardo Magalhães, em homenagem ao ex-deputado, filho de um dos mais famosos oligarcas baianos. Em poucas décadas, sua população mais que decuplicou, seguindo uma urbanização típica, hoje com condomínios fechados de alto padrão e amplas artérias de intensa atividade comercial de apoio à grande produção, ao lado de bairros periféricos muito pobres e carentes de infraestrutura.

É por este “fabuloso” país, construído nesse intrincado conjunto de contradições, que Denise Elias começa sua análise. A autora recorre a uma outra ideia do nosso maior geógrafo – a de “globalização como fábula” – para, a partir daí, encarar as profundas contradições do agronegócio. O “‘fabuloso’ país do agro”, aqui aludido, faz referência, portanto, a essa dupla condição: ao mesmo tempo cantado mundo afora como “fabuloso”, no sentido de sua riqueza e expansão, o agronegócio está profundamente envolvido em fábulas ou mitos. São ressaltados pela autora os mitos do fim da fome, da sustentabilidade ambiental e o de que os agrotóxicos não causam danos, nem ecológicos nem à nossa saúde.

Uma das partes mais interessantes do livro, o Capítulo 4, focaliza o que Denise denomina “nós do agronegócio”. Entre os “nós” a serem desatados, um dos mais interessantes e que gostaria de destacar aqui é aquele que a autora, inspirada em um artigo de Guilherme Howes, denomina “corrupção normativa” (ou normatizada). Por meio de uma estratégia típica de estados de exceção, que prolifera nas atuais sociedades de (in)segurança (inclusive financeira, na qual os paraísos fiscais são o exemplo clássico), as classes hegemônicas buscam legalizar o ilegal. “Inerente à financeirização da agricultura”, essa corrupção normatizada, diz a autora:

[...] é um nó que precisa ser desatado, por induzir fortemente a grilagem, a concentração fundiária, a elevação do preço das terras, a estrangeirização das terras e a redução da pro-

dução de alimentos da cesta básica, entre outros processos impeditivos para a reconstrução e transformação da sociedade e do território brasileiros.”

Mais adiante, o livro se detém no estudo específico da “urbanização corporativa fragmentada” (Capítulo 5) das regiões do agronegócio e traz ricos exemplos concretos, como o da fruticultura do Semiárido e o da soja dos Cerrados (na “região produtiva” do Matopiba, entre Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, uma das mais dinâmicas – e de maior destruição ambiental – do país). Mais para o final, no Capítulo 6, em “Pensando a operacionalização de pesquisas sobre regiões e cidades do agronegócio”, a autora nos brinda com referências para a própria metodologia de pesquisa na temática, com um rol de eixos de análise a partir dos quais os estudos “sobre regiões produtivas e cidades do agronegócio” devem ser articulados, a saber: a reestruturação produtiva da agropecuária, o consumo produtivo do agronegócio, a composição do setor industrial, a dinâmica populacional, a dinâmica do mercado de trabalho, a reestruturação da cidade e as desigualdades socioespaciais na escala intraurbana. O último capítulo destaca um desses eixos: o consumo produtivo na economia urbana do agronegócio.

Essa busca de um ordenamento espacial capitaneado pelas grandes corporações agroindustriais e de serviços ligados ao agro, em conluio com as instituições estatais, revela um “modelo” que pode ser considerado eminentemente moderno-colonial na medida em que, em nome da modernização capitalista, promove uma neocolonização da vida tanto no nível da tecno quanto da psicosfera, para utilizar termos miltonianos tão caros à autora. Basta observar o ninho gestor e/ou difusor de ideologias de extrema-direita em que se converteram regiões do agronegócio, como bem evidencia a sobreposição dos mapas da presença da soja e do voto em Bolsonaro nas eleições de 2018, reproduzidos neste livro.

Parte dessa manifestação se deve à relação com grupos migrantes do sul do país, descendentes de imigrantes alemães

e italianos que, junto com a expansão da modernização capitalista, reproduzem, lembrando Max Weber, uma espécie de “ética protestante” (ou, mais amplamente, cristã) empreendedorista da ascensão pelo trabalho e pela apropriação privada da terra. Mas, apesar desse conservadorismo patrimonialista, revelador de um traço estrutural do conjunto da sociedade brasileira, resistências não só são possíveis como precisam ser reconhecidas e estimuladas.

Em visita recente a um assentamento do Movimento dos Trabalhadores sem Terra no oeste baiano, resistindo em meio a um oceano de grandes lavouras, percebemos a gravidade das contradições e dos conflitos em espaços que somente a muito custo admitem a convivência com outras formas de vida que questionem a cultura única da moderna agricultura capitalista. Coletoras de sementes, em luta pela preservação de espécies do Cerrado, um dos biomas mais devastados do país, são um exemplo claro de que, apesar de tudo, ainda é possível acreditar em outras geografias, muito mais plurais, nas quais a vida seja respeitada e incentivada em sua diversidade de manifestações, nem tudo seja valor contábil e o alimento seja cultivado aliado com cuidados tanto para com humanos quanto para não ou mais do que humanos. Como afirma a autora:

[...] Acredito nas resistências dos homens simples do Brasil profundo, na fortaleza dos movimentos sociais para a construção de novas solidariedades orgânicas em contraposição à das corporações. Dessa forma, a agenda de reconstrução do país precisa considerar que as saídas estão nas resistências, na atuação junto aos movimentos sociais, na formação de uma frente popular, na reforma agrária popular, na construção de uma sociedade de direitos e não de privilégios como a que vivemos, como já nos alertava Milton Santos, ainda na década de 1980, em seu livro “O espaço do cidadão”.

Que as análises e denúncias de livros fundamentais como este de Denise Elias sirvam de farol para estudantes, professo-

res, ativistas e políticos, que efetivamente lutam por um país, um continente e um mundo descolonizado de ideias e práticas moldadas pelo padrão extrativista de chãos e mentes que impõe uma visão de mundo capitalista, alienada das condições de vida da grande maioria da população, vista ainda apenas como força de trabalho ou aglomerado de indivíduos consumidores. Sem dúvida, “A produção da fábula do agronegócio no Brasil” não apenas revela “novas e velhas faces da [nossa secular] dependência”, mas também conclama a nos organizarmos e lutarmos para alcançar uma saída digna neste enorme território-negócio que é privilégio de poucos.

Introdução

Este livro tem como tema central o agronegócio no Brasil. Alguns objetivos estão no âmago de sua elaboração; contribuir para a desconstrução dos muitos mitos criados sobre o agronegócio é um deles, uma vez que julgo que tais mitos precisam ser desfeitos para que possamos trilhar caminhos rumo a uma sociedade mais igualitária. Evidenciar a magnitude de sua difusão por todo o território nacional e sua relação com o incremento da urbanização e da reestruturação urbano-regional no Brasil nas últimas cinco décadas é outro objetivo principal.

As discussões apresentadas alicerçam-se em algumas teses interligadas e complementares que defendo. Duas delas são centrais e estruturam o desenvolvimento do pensamento contido neste livro. A primeira refere-se ao fato de que o agronegócio globalizado é um dos principais vetores de reorganização do território brasileiro, especialmente desde os anos 1970, sendo responsável pela reestruturação não apenas do espaço agrícola, mas também dos espaços urbano e regional em diferentes partes do país, incrementando a urbanização e a (re) estruturação urbano-regional. A segunda tese é a de que a difusão do agronegócio no país ocorre de forma espacialmente seletiva, economicamente concentradora, socialmente excludente e ambiental e culturalmente devastadora, promovendo cada vez mais a concentração de riquezas e o crescimento da pobreza estrutural, além de acirrar as desigualdades socioespaciais por todo o território nacional, no campo e nas cidades.

O agronegócio fundamenta-se fortemente em formas tradicionais de apropriação privada da natureza. Seus modos de espoliação evidenciam a inserção subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho, mostrando algumas das novas faces da dependência do país. Portanto, a difusão do agronegócio no território brasileiro agrava traços estruturais da sociedade e constitui um entrave para ações contra-hegemônicas, apre-

sentando-se como um obstáculo para o avanço no processo de construção da emancipação social e da democracia.

Para a elaborar este livro, considerei as linhas de pesquisa com as quais trabalho e a atual situação de aprofundamento da crise estrutural do capitalismo e de grande retrocesso político no Brasil e no mundo. Dessa forma, discorro sobre a difusão do agronegócio globalizado, a conseqüente fragmentação do território e sobre o aumento da pobreza estrutural e das desigualdades socioespaciais, além de refletir sobre possíveis caminhos para a ação emancipatória. Também discuto algumas possibilidades de investigação dos territórios do agronegócio. Entendo que é possível lançar luz sobre algumas disputas e processos contemporâneos promovidos pelo uso dos territórios, bem como sobre a gravidade das crises que estamos vivendo.

O livro baseia-se em pesquisas individuais e coletivas, que tenho realizado nos últimos 40 anos. As ideias e reflexões apresentadas sintetizam alguns temas e processos com os quais tenho trabalhado e expõem minha interpretação das transformações da agropecuária e do espaço agrário, bem como do espaço urbano e regional do Brasil. Esta obra visa contribuir com o debate sobre as novas tendências da urbanização brasileira, além de levantar questões para o reconhecimento dos processos de (re)produção dos espaços agrícolas e urbanos não metropolitanos, recentemente incorporados aos *circuitos espaciais da produção* e *círculos de cooperação* (Santos, 1986, 1993, 1996) da agropecuária globalizada.

As pesquisas visaram reconhecer alguns processos, como a reestruturação produtiva da agropecuária; as especializações territoriais produtivas inerentes ao agronegócio; a dinâmica das novas relações campo-cidade nas áreas de difusão do agronegócio; a dinâmica de (re)produção dos espaços urbanos não metropolitanos inseridos em áreas de difusão do agronegócio; as relações entre a economia urbana e as novas funções exercidas pelas cidades, como lócus da gestão do agronegócio em regiões de expansão do setor; a urbanização corporativa fragmentada; e o aumento da pobreza e das desigualdades socioespaciais nas

regiões produtivas e cidades do agronegócio. Os resultados individuais de tais trabalhos não serão meramente expostos, mas serão realizadas reflexões de síntese à luz desses estudos prévios, alguns dos quais já registrados através de *papers* de eventos científicos, artigos em periódicos científicos, capítulos de livros e artigos de opinião em mídias digitais alternativas.

Como recorte temporal, adotei o período de 1970 até o presente momento, pois compreendo que, somente assim, é possível identificar algumas das principais transformações estruturais da agropecuária brasileira e entender como chegamos à situação atual. Durante esse período, ocorreram quebras de paradigmas significativos das explicações referentes à sociedade e ao território brasileiro, sem os quais qualquer interpretação ficaria incompleta.

Como aprendi com Milton Santos (1996), meu mestre e fonte de inspiração, tais transformações foram analisadas como fruto da dialética entre uma ordem global e uma ordem local, buscando, na totalidade, a força do método e trilhando o caminho analítico para uma Geografia crítica. Como ele insistia, para ser útil, a Geografia crítica precisa ser analítica e não apenas discursiva, sendo necessários esforços de análise e síntese para integrar o teórico e o empírico, tarefa das mais difíceis e marca importante de sua obra.

De maneira geral, a metodologia das pesquisas que embasaram este livro foi estruturada nos fundamentos da pesquisa qualitativa para a construção de uma análise crítica. Entre os procedimentos dos estudos realizados, adotei metodologias clássicas de investigação científica nas áreas das Ciências Humanas e Sociais aplicadas, como a pesquisa bibliográfica e documental;² a organização de uma hemeroteca por temas e

² Além de trabalhos acadêmicos, como livros, teses, dissertações e artigos científicos, consultamos jornais, revistas especializadas e matérias obtidas através das chamadas novas mídias, ou seja, mídias digitais que podem ser acessadas diretamente via internet, entre as quais destaco: *De Olho nos Ruralistas: Observatório do Agronegócio no Brasil*; *Brasil de Fato*; *Outras Mídias*; *Carta Capital*; *Repórter Brasil*; *Diário do Centro do Mundo*; *Outras Palavras*; *Nexo Jornal*; *Le Monde Diplomatique Brasil*; *Mídia Ninja*; *A terra é redonda*; *GGN – o jornal de todos os Brasis*, entre outras. Os rankings das grandes empresas publicados por revistas

processos de interesse; o levantamento de dados estatísticos e a construção de séries históricas de variáveis de interesse; e a realização de trabalhos de campo em diferentes áreas de difusão do agronegócio, nas cinco grandes regiões do país, em anos distintos.

Os trabalhos de campo foram realizados em diversos momentos e tornaram-se imprescindíveis para as interpretações aqui elencadas. Compreendo que o contato direto com as áreas visitadas permitiu o aperfeiçoamento dos instrumentos de análise, contribuindo para uma construção teórica mais consistente e, conseqüentemente, para realizar uma síntese mais precisa dos resultados obtidos via pesquisa bibliográfica e documental (Santos, 1988).³

Além de tomar contato com os territórios estudados, considerando seus componentes históricos e, principalmente, os fixos e fluxos atuais, resultantes das transformações das últimas décadas, os trabalhos de campo permitiram a interação com os principais agentes econômicos e públicos, sujeitos sociais, especialmente através da realização de entrevistas semiestruturadas. Também foram importantes as conversas informais, colóquios, *workshops*, seminários com colegas de instituições de ensino superior, não somente da Geografia, mas também da Sociologia Rural, Economia, Arquitetura e Urbanismo, Desenvolvimento e Meio Ambiente, entre outras áreas.

As pesquisas que realizei tiveram como pilar central o arcabouço teórico-conceitual e metodológico proposto por Milton Santos. Assim, o conteúdo deste livro perpassa, direta e indiretamente, várias de suas ideias, noções, conceitos e categorias contidos em suas obras, mostrando que suas reflexões sobre a natureza do espaço geográfico continuam atuais e contribuem

e jornais de circulação nacional também foram de grande valia, como *Exame Melhores e Maiores: as 1000 Maiores Empresas do Brasil*; *Valor 1000 Maiores Empresas*; *Globo Rural: Anuário do Agronegócio*; *Dinheiro Rural*; *Forbes: a Força do Agro*, entre outros.

³ Agradeço, em especial, ao CNPq, mas também à Capes e à Funcap pelo financiamento das pesquisas, em diferentes momentos, que embasaram a redação do presente livro e permitiram a realização de trabalhos de campo em diferentes partes do país.

significativamente para as leituras de análise e de síntese do Brasil e do mundo contemporâneo.

Às vésperas do centenário de seu nascimento (1926) e exatamente há quatro décadas após o ano em que o conheci pessoalmente como meu professor, dedico este livro ao geógrafo brasileiro Milton Santos. Mesmo após 24 anos sem sua presença física, ele se mantém vivo através de sua vasta obra, uma verdadeira teoria geográfica, que continua sendo decifrada em suas diversas dimensões, fases e faces, e que ainda necessita de muita análise e reflexão, dada a sua complexidade. Assim, ainda temos um extenso campo de ação a partir de sua obra.

Sinto-me privilegiada por ter convivido com o professor Milton Santos durante vários anos, inicialmente como aluna da graduação, ao cursar sua primeira disciplina ministrada como docente do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP); em seguida, como sua assistente de pesquisa e, posteriormente, como orientanda de pós-graduação. Nessas ocasiões, me foi possível aprender não só sobre a Geografia, mas também sobre a vida. Essa convivência me marcou definitivamente, constituindo um importante divisor de águas na periodização de minha própria existência.

Organização do livro

Além da presente introdução e das considerações finais, este livro está dividido em duas partes, totalizando sete capítulos, que apresentam os elementos de argumentação para as teses supracitadas, bem como uma proposta de operacionalização para pesquisas em regiões produtivas e cidades do agronegócio.

A primeira parte, notadamente os capítulos 2, 3 e 4, reúne reflexões feitas especialmente entre o período de 2016 e 2022, à luz dos retrocessos políticos no país, particularmente desde o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff (2016), e da pandemia de Covid-19, que escancararam as portas já praticamente sem trancas ao capital – produtivo e improdutivo –, expandindo as

transformações neoliberais na agropecuária, incluindo a financeirização e, conseqüentemente, o fortalecimento do poder por parte dos agentes hegemônicos do agronegócio.

Essa parte é composta por quatro capítulos. O primeiro sintetiza o que entendo como alguns pressupostos do agronegócio globalizado. Especialmente considerando seu caráter polissêmico, pareceu-me relevante destacar os pilares que o sustentam.

O segundo capítulo discute a produção do agronegócio brasileiro como fábula, com objetivo de evidenciar como são produzidos os mitos do agronegócio, destacando alguns dos mais recorrentes. Para tanto, na primeira seção, discorro sobre a produção da psicosfera do agronegócio, enquanto a segunda seção versa sobre alguns dos mitos do agronegócio, em especial os de que *ele eliminaria a fome no Brasil; de é ambientalmente sustentável e de que os agrotóxicos não fazem mal à saúde humana nem ao meio ambiente.*

No terceiro capítulo, apresento reflexões sobre o que considero algumas das formas-conteúdo do agronegócio no Brasil, com ênfase nos seguintes aspectos: *a questão fundiária como um problema estrutural do país, a violência como princípio de apropriação das terras e dos bens naturais, e a brutalidade das mudanças alimentares e dos preços dos alimentos.*

No quarto capítulo, que encerra a primeira parte do livro, apresento uma metáfora com a qual venho trabalhando, associada à ideia de que há uma gama de “nós” criados pela economia e pela sociedade do agronegócio, que funcionam como seus esteios e que desatá-los seria um passo fundamental para uma ação emancipatória no país. São discutidos, em especial, os seguintes nós: *a relação orgânica entre o Estado e os agentes do agronegócio; a corrupção normativa; a concentração econômica e a criminalização dos movimentos sociais.*

Essa primeira parte do livro visa comprovar a tese apresentada no início desta introdução, de que a difusão do agronegócio no país ocorre de forma economicamente concentradora, socialmente excludente e ambiental e culturalmente devastadora, promovendo cada vez mais concentração de riquezas, agravamento da pobreza estrutural e acirramento das desigualdades

socioespaciais em todo o território nacional, tanto no campo quanto nas cidades. Sua escrita se deu em formato ensaístico, como fruto de reflexões pessoais não apenas sobre o agronegócio, mas também sobre o próprio país, então imerso em uma conjuntura sem precedentes.

Na segunda parte do livro, apresento reflexões em forma de síntese, à luz de resultados de pesquisas realizadas, especialmente ao longo das últimas décadas. Discorro sobre a tese de que é possível identificar cidades, municípios e regiões no Brasil, cujo incremento da urbanização, assim como a constituição de novas regionalizações, se devem diretamente à consecução e à expansão do agronegócio globalizado. Entendo que, em face de seu caráter espacialmente seletivo e socialmente excludente, a difusão do agronegócio promove a fragmentação do território, o incremento da urbanização e de novas especializações territoriais produtivas, culminando na formação do que venho chamando de regiões produtivas do agronegócio (RPAs) e cidades do agronegócio. Essa segunda parte é composta por três capítulos.

O quinto capítulo, que inicia a segunda parte do livro, intitula-se *Economia política das cidades e da urbanização do agronegócio*. Em sua primeira seção, discuto a urbanização corporativa fragmentada, focando na seletividade espacial e na formação das regiões produtivas do agronegócio, assim como das cidades do agronegócio, entendidas como o grande mito do direito à cidade para todos. A segunda e a terceira seções do capítulo tratam, respectivamente, de duas regiões produtivas do agronegócio. A primeira região, no Semiárido, hoje é considerada a principal produtora de melão do país, voltada especialmente à exportação e formada por municípios do Ceará e do Rio Grande do Norte. A segunda, conhecida como Matopiba, é uma região formada por partes do oeste da Bahia, sul do Maranhão, sul do Piauí e do estado do Tocantins, sendo grande produtora de grãos, especialmente soja, milho e algodão.

No sexto capítulo apresento uma possibilidade de operacionalização de pesquisas sobre os territórios do agronegócio

– regiões produtivas e cidades do agronegócio. Já no sétimo e último capítulo, operacionalizo efetivamente um dos eixos apresentados no capítulo anterior, mais precisamente o do consumo produtivo do agronegócio.

Para finalizar esta introdução, é importante fazer alguns agradecimentos. Começo agradecendo pelos vários e distintos momentos de interlocução com colegas da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe), da Rede de Pesquisas sobre Regiões Agrícolas (REAGRI) e da Rede Observatório das Metrôpoles (OM).

Gostaria também de agradecer pela leitura do boneco do livro e pelos comentários entusiasmados de meu orientando Felipe Rodrigues Leitão, com quem venho partilhando um novo *front* de pesquisas sobre o agronegócio, considerando um recorte espacial que só mais recentemente passei a adotar para análise: o da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF).⁴

Termino agradecendo de forma muito especial ao arquiteto e urbanista Renato Pequeno, professor do Instituto de Arquitetura, Urbanismo e Design da Universidade Federal do Ceará (UFC), não só pela leitura cuidadosa e comentários do boneco do livro, mas, especialmente, pelo companheirismo dos últimos 25 anos. Nesse período, temos partilhado não só descobertas, alegrias e amor pela ciência e pesquisa científica, mas também dúvidas, dificuldades, ansiedades e, principalmente, a convicção de que um outro futuro é possível, mesmo que, por vezes, ele pareça tão distante. Então, ontem, hoje e sempre, partilhamos as saudades do futuro!!!!

E que a leitura possa ser ilustrativa e encorajadora!!!!

⁴ Sobre o tema, pode ser visto Elias, Pequeno, Leitão (2024).

PARTE I

Pressupostos, agentes e processos socioespaciais

O primeiro capítulo, composto por duas seções, apresenta uma síntese do que compreendo como alguns dos pilares do agronegócio globalizado no Brasil. Considerando seu caráter polissêmico, pareceu-me relevante salientar em quais bases se ancora. É composto por duas seções.

Na primeira seção, voltamos à década de 1960, em plena Ditadura Militar, quando transformações significativas foram engendradas na agropecuária, visando adequá-la mais positivamente aos novos paradigmas do capitalismo agrário. A segunda seção, por sua vez, aborda processos socioespaciais inerentes à difusão do agronegócio, com ênfase naqueles que mais diretamente impactam as relações sociais de produção na agropecuária, o meio ambiente e a urbanização da sociedade e do território.

1.1. Agronegócio: pressupostos e agentes hegemônicos

A palavra “agronegócio” passou a ter uso corrente no Brasil, especialmente desde o início do século XXI, até mesmo pelos veículos da chamada grande mídia e pela população em geral.⁵ Dado seu caráter polissêmico, carregado de ideologias e mitos, é importante recordar, ainda que muito brevemente, os pilares sobre os quais se ancora. Para isso, retrocederemos a meados

⁵ O termo “agronegócio” é uma tradução do inglês “*agribusiness*” e engendra a concepção nascida nos Estados Unidos, mais precisamente na Universidade de Harvard, em meados do século XX, trabalhada pelos professores John H. Davis e Ray A. Goldberg, com o objetivo de criar as bases conceituais e ideológicas para um novo momento de desenvolvimento do capitalismo agrário. Segundo Fernandes (2004), o conceito associa-se muito claramente ao paradigma do capitalismo agrário, que entende que os problemas da questão agrária brasileira podem ser resolvidos pelo desenvolvimento do capitalismo.

da década de 1960, quando alguns de seus sustentáculos começaram a ser edificados no Brasil, em plena Ditadura Militar, e quando se iniciaram algumas importantes transformações da agropecuária. Desde então e cada vez mais, tal atividade está ancorada no mesmo tripé destrutivo que sustenta o capitalismo no período histórico atual: uma permanente reestruturação produtiva, no caso da agropecuária, o neoliberalismo, sob o comando do capital financeiro.

Parafraseando Santos (1996), é possível afirmar que vivemos, desde então, uma verdadeira revolução tecnoagrícola, que não só transformou radicalmente as forças produtivas do setor e as possibilidades de uso e ocupação do espaço agrícola, como também impactou diretamente as relações sociais de produção. Esse conjunto de transformações visou responder mais positivamente à racionalidade do capitalismo em sua fase atual, viabilizando o aumento da produção e da produtividade, gerando muitas novas possibilidades para a acumulação ampliada do capital e para a realização da mais-valia mundializada na agropecuária (Elias, 2003a).

Isso indica, entre outros fatores, que sua reestruturação produtiva impôs que a agropecuária passasse a ser calcada na utilização intensiva de ciência, tecnologia e informação como forças produtivas, adotando pacotes tecnológicos (químicos, mecânicos, biotecnológicos, informacionais, serviços modernos etc.) e a difusão de um padrão estandardizado de produção.

Engendrou-se, desde então, um modelo econômico, social, político e territorial de produção agropecuária, que se convencionou chamar de agronegócio, o qual articula as condições internas do país aos imperativos da ordem global hegemônica. Como a própria palavra explícita – “agro” + “negócio” –, seu principal objetivo é a obtenção de lucro e de renda da terra.

Todo esse processo é regulado por relações de produção, distribuição e consumo globalizados, orientadas menos para a geração de alimentos para a população do país e mais para a produção de mercadorias, notadamente *commodities* agrícolas (soja, açúcar, algodão, milho, carnes processadas etc.), agrocom-

bustíveis e alimentos industrializados, cada vez mais ultraprocessados, em grande parte voltados à exportação, com crescente destaque para a China nas duas últimas décadas. Atualmente, essa lógica produtiva ocupa parte significativa das terras agricultáveis do país. É evidente, portanto, que o agronegócio se alicerça fortemente na apropriação privada de bens naturais, especialmente da terra e da água, e na transformação desses elementos em mercadorias ou em ativos financeiros.

Por outro lado, é possível afirmar que o agronegócio se configura como uma produção em rede, que interliga a agropecuária à indústria, aos serviços e produtos modernos. Trata-se de um conjunto de atividades e agentes que operam em simbiose, incluindo a produção de insumos à agropecuária (indústrias química, mecânica, farmacêutica, de sementes, entre outras); os serviços financeiros (bancos, bolsa de valores, fundos de investimento etc.); a pesquisa agropecuária (Embrapa, empresas de pesquisa estaduais etc.); a assistência técnica de várias naturezas; a transformação da produção agropecuária (agroindústria alimentar e não alimentar); o armazenamento (silos e armazéns); o transporte de cargas (rodoviário, marítimo, fluvial); a publicidade e o *marketing* voltados à construção de uma ideologia favorável ao agronegócio; as *agtechs* – *startups* especializadas no setor, que oferecem soluções digitais, ferramentas de automação, inteligência artificial etc. e que, em 2021, já somavam cerca de 1.500 empresas no país; e a distribuição de mercadorias alimentares no varejo (supermercados, atacarejos, entre outros). Compreender o agronegócio exige, portanto, uma análise que considere essa totalidade, o que evidencia a necessidade de estudos intersetoriais e multiescalares.

Segundo Oliveira (2010, 2016), sob o capitalismo monopolista mundializado, a agropecuária estrutura-se, entre outros aspectos, a partir da formação das empresas monopolistas que controlam a produção agropecuária mundial e se articulam através de dois processos territoriais: a territorialização dos monopólios e a monopolização do território. Tais processos são explícitos no Brasil e se fortaleceram ainda mais desde o final do